

Grupo de Apoio à
Criança com
Câncer do
Amazonas
(GACC/AM)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone +55 (92) 2123-2350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Diretores e aos conselheiros do

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Manaus - AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Car

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	74.389	144.568	Fornecedores e contas a pagar	6	20.455	26.208
Recursos vinculados à projetos	4	1.103.315	1.168.277	Obrigações sociais e trabalhistas	7	179.387	132.539
Contas a receber		2.767	2.316	Convênios a comprovar	8	1.103.315	1.168.277
Adiantamentos concedidos		21.746	6.924				
Outros créditos		42.980	29.729	Total do passivo circulante		1.303.157	1.327.024
Total do ativo circulante		1.245.197	1.351.814	Não circulante			
Não circulante				Subvenção de bens a apropriar - imobiliz	9	1.425.669	1.458.814
Imobilizado	5	2.252.532	2.400.777	Total do passivo não circulante		1.425.669	1.458.814
Intangível		11.619	13.642	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		2.264.151	2.414.419	Patrimônio social	10	780.522	980.395
				Total patrimônio líquido		780.522	980.395
Total ativo		3.509.348	3.766.233	Total passivo e patrimônio líquido		3.509.348	3.766.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Sem restrições			
Vendas de serviços, mercadorias, eventos e doações	12	2.445.807	2.061.961
Receitas com trabalhos voluntários	3.m	<u>2.341.679</u>	<u>1.477.897</u>
		4.787.486	3.539.858
Com restrições			
Receita de projetos e subvenções	13	<u>1.251.684</u>	<u>1.453.351</u>
		6.039.170	4.993.209
Custo e despesas operacionais			
Sem restrições			
Despesas com pessoal	14	(863.928)	(733.043)
Despesa com trabalhos voluntários	3.m	(2.341.679)	(1.477.897)
Despesas gerais e administrativas	14	(1.786.905)	(1.433.856)
Outras Receitas - apropriação de subvenções	9	33.145	33.145
Outras Receitas - ganho na alienação de bens do ativo imobilizado	5	-	56.920
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>3.301</u>	<u>7.149</u>
		(4.956.066)	(3.547.582)
Com restrições			
Despesas gerais e administrativas	15	<u>(1.251.684)</u>	<u>(1.453.351)</u>
		<u>(1.251.684)</u>	<u>(1.453.351)</u>
Déficit operacional antes do resultado financeiro		<u>(168.580)</u>	<u>(7.724)</u>
Receitas financeiras	19	87	50
Despesas financeiras	19	<u>(31.380)</u>	<u>(28.316)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(31.293)</u>	<u>(28.266)</u>
Déficit do exercício		<u>(199.873)</u>	<u>(35.990)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ww

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2022	2021
Déficit do exercício	(199.873)	(35.990)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente	<u>(199.873)</u>	<u>(35.990)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Patrimônio social	Déficit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.615.213	(598.828)	1.016.385
Déficit do exercício		(35.990)	(35.990)
Incorporação do déficit do exercício anteriores	(598.828)	598.828	-
Incorporação do déficit do exercício	(35.990)	35.990	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	980.395	-	980.395
Déficit do exercício	-	(199.873)	(199.873)
Incorporação do déficit do exercício	(199.873)	199.873	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	780.522	-	780.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício		(199.873)	(35.990)
Ajustes por:			
Depreciação	5	176.491	165.306
Depreciação da subvenção de bens a apropriar - imobilizado	10	(33.145)	(33.145)
Amortização		2.023	2.024
Baixa de ativo imobilizado		-	31.844
(Aumento) redução dos ativos			
Recursos vinculados a projetos		64.962	165.695
Contas a receber		(451)	(1.016)
Adiantamentos concedidos		(14.822)	(4.922)
Outros créditos		(13.251)	(4.087)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores e contas a pagar		(5.753)	1.069
Obrigações sociais e trabalhista		46.848	(2.394)
Convênios a comprovar		(64.962)	(555.521)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		<u>(41.932)</u>	<u>(271.138)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	5	(28.247)	(82.711)
Aquisição de intangível		-	(14.933)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(28.247)</u>	<u>(97.644)</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(70.179)	(368.782)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		144.568	513.350
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>74.389</u>	<u>144.568</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa		<u>(70.179)</u>	<u>(368.782)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas (GACC/AM) foi fundado em 23 de maio de 1999, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, com sede à Rua Domingos Jorge Velho, nº 290, D. Pedro; é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado e personalidade distinta da dos associados que a compõem, sem vinculação político-religiosa ou distinção de raça, cor ou condição social, tem por objetivo prestar serviço assistencial e social às crianças e aos adolescentes com câncer e/ou doenças hematológicas, tratadas na Fundação Centro de Controle de Oncologia (FCECON) ou em outras instituições similares.

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade apresentou déficit de R\$ 199.873 (R\$ 35.990 em 2021), capital circulante líquido negativo de R\$ 57.960 (positivo de R\$ 24.790 em 2021) e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 41.932 (R\$ 271.138 em 2021). Adicionalmente ao surto de COVID-19, que gerou impactos relevantes em 2021, a Administração vem avaliando de forma constante o reflexo nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade em 2022 e próximos anos, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos.

A Entidade revisou suas previsões de fluxo de caixa e desenvolveu planos de ação para aumento dos volumes de receitas por meio de campanhas de doações, e parcerias com empresas privadas, bem como revisão dos custos e despesas operacionais como renegociação com prestadores de serviços e demais adequações necessárias. A Administração da Entidade espera que os resultados das referidas ações proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos e melhoria da situação patrimonial e financeira da Entidade.

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em reunião realizada em 22 de agosto de 2023.

Detalhes sobre as políticas da Entidade são apresentados na Nota Explicativa nº 3 - Principais políticas contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Real e arredondadas para a unidade mais próxima.

Clu.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras correntes e comparativas da Entidade.

2.5 Incertezas sobre premissas e estimativas

Não há informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

2.6 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para mais detalhes, veja a Nota Explicativa nº 21 - Instrumentos Financeiros.

A Entidade reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.

A Entidade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para apurar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido à Entidade em condições que não seriam aceitas em circunstâncias normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, devem ser revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo deve ser estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou avaliação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros e, dessa forma, não foi necessário estimar o valor recuperável desses ativos.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais/CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - Seção 24. Os valores recebidos e empregados do Convênio de Colaboração originados de contrato com as entidades parceiras são registrados da seguinte forma:

Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos no ativo e em contrapartida ao crédito de projetos vinculados a executar no passivo. Os montantes são classificados entre circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução dos projetos. São classificados no ativo ou passivo não circulante os montantes com previsão de execução com prazos superiores a 12 meses, a contar da data-base do fechamento contábil.

Consumo como despesa: Quando ocorrem os empenhos dos recursos do convênio de colaboração e dos recursos incentivados, estes são reconhecidos como débito de despesas no resultado do exercício em contrapartida aos créditos nas contas dos recursos recebidos dos projetos no ativo.

Receitas: à medida que as despesas vão sendo realizadas, a receita relacionado ao projeto é reconhecida no resultado do exercício, sendo os lançamentos contábeis de débito na conta de obrigação do projeto no passivo, em contrapartida ao resultado do exercício no grupo de receita vinculadas.

Subvenção para investimentos - As subvenções recebidas para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo circulante ou não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar". Adicionalmente, quando o bem adquirido é contabilizado como imobilizado no ativo não circulante, e reconhecido no resultado do exercício o valor correspondente da depreciação por meio da vida útil estimada, bem como a respectiva amortização em igual valor do passivo de subvenção de bens imobilizados, reconhecidas como receita no resultado do exercício, conforme previsto pelo CPC 07/CPC PME – Seção 24.

c. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e é composto por valores a receber de vendas de *souvenirs* realizadas no cartão de crédito.

Devido ao recebimento ser realizado basicamente por cartões de crédito, não houve necessidade de reconhecer redução ao valor recuperável do ativo.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Cum.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor histórico. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	50 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos

e. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Compreendem, basicamente, *softwares* que tiveram sua vida útil estimada em cinco anos.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g. Convênios a comprovar

Os convênios referem-se aos aportes recebidos de entidades governamentais e outras entidades do Brasil. Tais convênios são regidos por editais e ao final de cada execução é enviada uma prestação de contas para a entidade que aportou o recurso.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

CCM

- i. Patrimônio líquido**
Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou deduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.
- j. Receitas da prestação de serviços**
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.
- A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que: os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação dos serviços se realizaram, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para Entidade, os custos associados e a possível glosa do serviço possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.
- k. Resultado financeiro líquido**
As receitas financeiras abrangem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras.
- As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros e outras taxas bancárias.
- l. Outras despesas e receitas**
Outras despesas operacionais abrangem o custo das baixas dos bens do ativo efetuados por meio de descarte por obsolescência ou doação.
- m. Receitas e despesas de trabalhos voluntários**
Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro vigente a partir de 21 de agosto de 2015, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. No exercício de 2022, a Entidade registrou o montante de R\$ 2.341.679 (R\$ 1.477.897 em 2021) referente a trabalhos voluntários, incluindo os membros da diretoria, com prestação de serviços.
- n. Tributação e contribuições (renúncia fiscal)**
Na condição de entidade sem fins lucrativos, aplicam-se à Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.
- (i) Imposto de Renda e Contribuição Social**
A Entidade é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido por ser uma sociedade civil sem finalidade de lucros, que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97 art. 15).

Um.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 §3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15 §3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10º e 18, IV):

- (a) Não remunerar por nenhuma forma seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, declaração de informações em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e
- (f) Não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, §2º e art. 15 §2º).

(ii) PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

(iii) COFINS e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da Cofins e do ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

o. Isenções previdenciárias usufruídas

A Entidade possui o benefício de contribuições sociais com base na Lei nº 8.212/91 em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS.

p. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

O CEBAS, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), compreende o período de 30 de junho de 2019 a 31 de dezembro de 2023, sob o nº 235874.0002162/2019.

q. Novos pronunciamentos contábeis

Não há normas ou interpretações que entraram em vigor em 2023 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

	2022			2021		
	Recursos sem restrição (4.1)	Recursos vinculados a projetos (4.2)	Total de recursos com e sem restrição	Recursos sem restrição (4.1)	Recursos vinculados a projetos (4.2)	Total de recursos com e sem restrição
Caixa e equivalentes						
Caixa	1.857	-	1.857	3.675	-	3.675
Bancos conta corrente	71.989	-	71.989	77.329	-	77.329
Aplicações financeiras	543	-	543	63.564	-	63.564
Total	74.389	-	74.389	144.568	-	144.568
Recursos vinculados						
Bancos conta corrente	-	85.448	85.448	-	271.934	271.934
Aplicações financeiras	-	1.017.867	1.017.867	-	896.343	896.343
Total	-	1.103.315	1.103.315	-	1.168.277	1.168.277

As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas, administradas pelo Banco Itaú S.A., Bradesco S.A. e Banco do Brasil, remuneradas a taxas que variam entre 90% e 100% (2022 e 2021) do Certificado de Depósito Bancário (CDB).

A Entidade também possui o “Aplic Aut Mais”, administrado pelo Itaú. Trata-se de um serviço de aplicação e resgates automáticos dos recursos disponíveis em conta. A rentabilidade é diária e atrelada à taxa do DI (taxa média dos depósitos interfinanceiros, calculada e divulgada diariamente pela CETIP).

4.1 Recursos sem restrição

Os recursos financeiros que a Entidade possui que não estão vinculados a projetos são utilizados para custeio das atividades.

4.2 Recursos vinculados

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projetos ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto. Todo rendimento é revertido em aplicação no projeto.

cel

5 Imobilizado

A movimentação ocorrida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022 está assim demonstrada:

	<u>01/01/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo				
Terrenos	600.000	-	-	600.000
Edificações	2.200.000	-	-	2.200.000
Instalações	74.061	-	-	74.061
Móveis e utensílios	464.910	2.501	-	467.411
Máquinas e equipamentos	123.091	10.205	-	133.295
Equipamentos de informática	199.422	15.541	-	214.964
Veículos	251.088	-	-	251.088
	<u>3.912.572</u>	<u>28.247</u>	<u>-</u>	<u>3.940.819</u>
Depreciação				
Edificações	(712.245)	(56.000)	-	(768.245)
Instalações	(5.440)	(7.406)	-	(12.846)
Móveis e utensílios	(347.093)	(39.483)	-	(386.576)
Máquinas e equipamentos	(89.315)	(12.411)	-	(101.726)
Equipamentos de informática	(183.622)	(11.614)	-	(195.236)
Veículos	(174.081)	(49.577)	-	(223.658)
	<u>(1.511.795)</u>	<u>(176.491)</u>	<u>-</u>	<u>(1.688.287)</u>
	<u>2.400.777</u>	<u>(148.244)</u>	<u>-</u>	<u>2.252.532</u>

A movimentação ocorrida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2021 está assim demonstrada:

	<u>01/01/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo				
Terrenos	600.000	-	-	600.000
Edificações	2.200.000	-	-	2.200.000
Instalações	-	74.061	-	74.061
Móveis e utensílios	461.564	7.110	(3.764)	464.910
Máquinas e equipamentos	121.551	1.540	-	123.091
Equipamentos de informática	199.422	-	-	199.422
Veículos	326.340	-	(75.251)	251.088
	<u>3.908.877</u>	<u>82.711</u>	<u>(79.015)</u>	<u>3.912.572</u>
Depreciação				
Edificações	(656.244)	(56.001)	-	(712.245)
Instalações	-	(5.440)	-	(5.440)

Cm.

6 Fornecedores e contas a pagar

Fornecedores e contas a pagar é referente aos serviços necessários para manutenção e funcionamento do GACC.

	2022	2021
Fornecedores de serviços	8.558	24.283
Seguros a pagar	7.252	-
Fornecedores de bens	4.645	1.925
	<u>20.455</u>	<u>26.208</u>

7 Obrigações sociais e trabalhistas

	2022	2021
Provisão de férias	79.496	69.043
Salários a pagar	76.459	44.065
INSS a recolher (a)	13.318	12.063
Outras obrigações sociais	10.114	7.368
	<u>179.387</u>	<u>132.539</u>

- (a) Em 2016, o GACC conseguiu a certificação do CEBAS, o que o isentou do recolhimento da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento dos funcionários e prestadores de serviços autônomos. Foi registrada no resultado, no grupo de Outras Receitas, a estimativa de INSS Patronal que a Entidade teve de isenção por ter a certificação do CEBAS na área de Educação, no valor de R\$ 200.654.

8 Convênios a incorrer

	2022	2021
CMDCA ACOLH 601K	295.370	-
Convênio Instituto Ronald McDonald	244.719	396.174
Convênio Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica	170.200	305.864
CMDCA CESTA BÁSICA	116.008	-
EMENDA 180K	76.465	-
Convênio Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente	46.429	46.429
Convênio OI Futuro	34.075	34.075
Fundo Manaus Solidário	27.971	172.243
Projeto Manu	21.236	21.581
Convênio Fundo Solidário	15.985	15.985
Convênio Ministério do Trabalho	15.983	17.280
F.M.S 2022	13.593	-
EMENDA SEJUSC 100K	12.092	-
CMDCA Oficina	9.878	149.442
Convênio Sidney Leite	1.244	1.244
Convênio Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente - Emenda Isac Tayah	1.020	1.020
SUSAM Ricardo Nicolau	594	116.387
Emenda Isac Tayah	249	249
EMENDA SEJUSC 50K	204	-
Convênio Ministério Público do Trabalho	-	(826)
Fundo de Promoção Social 2019	-	(815)
Emenda da Secretária da Mulher, Assistência Social e Cidadania	-	(5.670)
Fundo Manaus Solidário 2021	-	(135.504)
Emenda Fundo Manaus Solidário	-	(1.529)
Emenda Ricardo Nicolau	-	(4.074)
Convênio Secretaria de Assistência Social	-	(327)
Projeto Pintura	-	(765)
FPS Call Center	-	39.814
	<u>1.103.315</u>	<u>1.168.277</u>

Em 2022, as captações mais relevantes foram os valores de R\$ 601.000 do projeto CMDCA Acolhimento, R\$ 248.000 do projeto CMDCA para o projeto de Cestas Básicas, R\$ 180.000 com o projeto EMENDA 180K.

9 Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado

	2022	2021
Subvenção de imobilizado bruto		
Sede própria - Casa da criança (edificações)	1.727.482	1.727.482
Terrenos	<u>270.000</u>	<u>270.000</u>
	<u>1.997.482</u>	<u>1.997.482</u>
Depreciação		
Sede própria - Casa da criança (edificações)	<u>(571.813)</u>	<u>(538.668)</u>
Subvenção de imobilizado líquida	<u>1.425.669</u>	<u>1.458.814</u>
Depreciação do exercício	33.145	33.145

A Entidade recebeu ativos como doação e/ou vinculado a convênios de R\$ 1.997.482, equivalentes ao terreno no montante de R\$ 270.000 e a construções no montante de R\$ 1.727.482.

As subvenções para investimento são reconhecidas como passivo não circulante e são cotejadas com os correspondentes saldos do imobilizado nas demonstrações contábeis da Entidade, através da depreciação dos respectivos bens, ao longo do período de vida útil.

Em 2020, a Entidade revisou a vida útil das edificações e das subvenções, e concluiu como período adequado de 50 anos, conforme laudo de vida útil. Anteriormente, utilizava 25 anos como tempo de vida útil para cálculo de depreciação.

10 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Entidade constitui-se dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doação de imóveis.

A Entidade, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, fica impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será revertido em benefício de outras entidades congêneres registradas no CNAS ou à entidade pública, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

	2022	2021
Patrimônio social	1.379.350	1.579.223
Déficit acumulado	<u>(598.828)</u>	<u>(598.828)</u>
	<u>780.522</u>	<u>980.395</u>

10.1 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria Executiva.

com

Não serão remunerados no exercício das funções os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do corpo de voluntários, nem serão distribuídos, direta ou indiretamente, por qualquer forma, título ou sob qualquer pretexto, lucros, bonificações, vantagens a benfeitores, mantenedores associados ou equivalentes, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas em estatuto.

11 Receitas operacionais - sem restrições

	2022	2021
Receita		
Venda de mercadorias (a)	116.896	138.957
Doações (b)	<u>2.328.911</u>	<u>1.923.004</u>
	<u>2.445.807</u>	<u>2.061.961</u>

- (a) As receitas das vendas de mercadorias são referentes às vendas de *souvenirs* (camisas, copos, artesanatos etc.).
- (b) As receitas de doações são arrecadadas através do *call center* da Entidade, programa “Casinha do Troco Solidário”, doações de empresas privadas diretamente para a Entidade, sentenças judiciais e outras doações.

sem

12 Receitas operacionais - com restrições

A seguir, apresentamos os projetos em andamento no exercício e sua movimentação, demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Mapa de movimentação dos projetos	31/12/2021	Transferências	Adição aporte	Adições aplicações financeiras	Baixas despesas	Devolução de recursos	Ajuste	31/12/2022
Aplicação IRM OH DE CASA	42.884	-	-	-	-	-	-	42.884
Aplicação IRM Feliz Vivo	7.083	-	-	-	-	-	-	7.083
IRM (a)	174.066	(610)	81.409	45.778	(186.572)	(94.112)	-	19.959
MC DIA 2017	66.925	-	-	-	(1.039)	-	-	65.886
Projeto OI Futuro	34.075	-	-	-	-	-	-	34.075
MTB	17.280	-	-	73	(1.370)	-	-	15.983
PRONON	305.864	-	-	1.223	-	(136.888)	-	170.199
Mc Dia 2018	105.827	-	-	3.932	(851)	-	-	108.908
Fundo Solidário	15.985	-	-	-	-	-	-	15.985
MPT Elétrica	(827)	-	-	-	-	-	827	-
SEAS	(327)	-	-	-	-	-	327	-
Sidney Leite	1.244	-	-	-	-	-	-	1.244
Emenda Isac Tayah	249	-	-	-	-	-	-	249
Fundo Manaus Solidário	172.243	(144.205)	-	-	-	(66)	-	27.972
CMDCA 2020	46.429	-	-	-	-	-	-	46.429
IRM PROJ. CARRO	(610)	610	-	-	-	-	-	-
Emenda FMS	(1.529)	1.529	-	-	-	-	-	-
CMDCA Emenda Isac Tayah	1.020	-	-	-	-	-	-	1.020
Semasc Emenda	(5.670)	-	-	-	-	-	5.670	-
FPS 2019	(815)	-	-	-	(409)	(779)	2.003	-
Fundo M Solidário 2021	(135.504)	142.676	-	208	(459)	(6.921)	-	-
Emenda Ricardo Nicolau	(4.074)	-	-	-	-	-	4.074	-
Projeto Manu	21.581	-	-	-	-	(345)	-	21.236
SUSAM Ricardo Nicolau (e)	116.387	-	-	7.463	(98.979)	(24.278)	-	593
Projeto Pintura	(765)	-	-	-	(459)	(15)	1.239	-
CMDCA Oficina (b)	149.442	-	-	1.285	(140.849)	-	-	9.878
FPS CALL CENTER	39.814	-	-	759	(40.573)	-	-	-
EMENDA 180K	-	-	180.000	2.013	(105.548)	-	-	76.465
CMDCA ACOLH 601K (c)	-	-	601.615	6.507	(312.752)	-	-	295.370
CMDCA CESTA BASICA (d)	-	-	248.399	2.400	(134.791)	-	-	116.008
F.M.S 2022 (h)	-	-	100.000	1.479	(87.887)	-	-	13.592
EMENDA SEJUSC 50K (f)	-	-	50.000	47	(49.843)	-	-	204
EMENDA SEJUSC 100K(g)	-	-	100.000	1.396	(89.303)	-	-	12.093
Total	1.168.277	0	1.361.423	74.563	(1.251.684)	(263.404)	14.140	1.103.315

cm

**Grupo de Apoio à Criança com
Câncer do Amazonas (GACC/AM)**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

Mapa de movimentação dos projetos	31/12/2020	Adição aporte	Adições aplicações financeiras	Baixas despesas	Devolução de recursos	31/12/2021
IRM	261.563	123.663	23.434	(138.166)	(47.011)	223.483
MC DIA 2017	67.812	-	-	(887)	-	66.925
Projeto OI Futuro	34.075	-	-	-	-	34.075
MTB	18.442	-	43	(1.205)	-	17.280
PRONON	513.230	-	5.959	(213.325)	-	305.864
Mc Dia 2018	87.391	19.201	3.514	(858)	(3.421)	105.827
Fundo Solidário	31.093	-	-	(15.108)	-	15.985
MPT Elétrica	(827)	-	-	-	-	(827)
SEAS	(327)	-	-	-	-	(327)
Sidney Leite	4.690	-	-	(94)	(3.352)	1.244
Emenda Isac Tayah	5.320	-	-	(93)	(4.978)	249
Fundo Manaus Solidário	246.628	2.000	3.434	(195.559)	(19.764)	36.739
CMDCA 2020	226.074	-	287	(140.542)	(39.390)	46.429
Emenda FMS	(992)	-	-	-	(537)	(1.529)
CMDCA Emenda Isac Tayah	4.103	-	5	(1.224)	(1.864)	1.020
Somasc Emenda	57.415	-	1.076	(34.952)	(29.209)	(5.670)
FPS 2019	88.168	-	628	(89.611)	-	(815)
Emenda Ricardo Nicolau	80.000	-	97	(68.551)	(15.620)	(4.074)
Projeto Manu	-	21.581	-	-	-	21.581
SUSAM Ricardo Nicolau	-	300.000	3.706	(187.319)	-	116.387
Projeto Pintura	-	170.000	-	(170.765)	-	(765)
CMDCA Oficina	-	234.850	-	(85.408)	-	149.442
FPS CALL CENTER	-	149.498	-	(109.684)	-	39.814
Total	1.723.858	1.020.793	42.183	(1.453.351)	(165.146)	1.168.337

Os registros nessas rubricas correspondem à realização dos recursos recebidos para custeio dos projetos e atividades, têm por objetivo demonstrar os recursos destinados às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos. Durante o exercício de 2022 foi recebido o total de 1.361.423, sendo 1.251.683 aplicados em custeio. Os valores recebidos e ainda não empenhados ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante e em obrigações com projetos no passivo circulante.

Car

A seguir, apresentamos as características de nossos projetos:

- (a) **Instituto Ronald McDonald (IRM)** - o custeio do IRM foi utilizado em alguns projetos pontuais, como “Oh de Casa”, que realizou visitas nas casas dos pacientes no interior do Amazonas; “Feliz Vivo Mais”, que custeou alguns pedidos pontuais do HEMOAM para melhoria no hospital; e, além destes, o IRM também custeou as despesas operacionais do GACC. Esse projeto é contínuo e os recursos são oriundos das vendas das camisas da campanha e dos *tickets* do McDia Feliz.
- (b) **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) - Oficina** - esse projeto financiou parte da equipe de assistência social, médicos e nutricionistas e, também, a realização de visitas a pacientes em Manaus.
- (c) **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) - Oficina Acolhimento 601K** - esse projeto financiou parte da equipe de assistência social, nutricionistas, psicólogos, médicos, materiais de expediente e higiene da casa de acolhimento.
- (d) **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) - Oficina Cesta Básica** - esse projeto financiou o custeio de cestas básicas para as famílias das crianças acolhidas na Entidade durante o ano de 2022.
- (e) **SUSAM Ricardo Nicolau** - esse projeto financiou o custeio de assistentes sociais para atendimento das famílias acolhidas pela Entidade.
- (f) **Emenda Sejusc 50k** – custeio de manutenção e reforma predial do GACC.
- (g) **Emenda Sejusc 100k** – custeio de mantimentos e alimentos diversos para a Entidade.
- (h) **Fundo Manaus Solidário 2022 (FMS)** – custeio dos *kits* suplementares para as crianças em tratamento.

13 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas com pessoal

	2022	2021
Salários	(471.320)	(447.235)
Encargos sociais e trabalhistas	(61.429)	(55.302)
Férias e 13º salário	(121.917)	(89.107)
Prêmios e benefícios	(122.537)	(117.123)
Outras despesas com pessoal	(86.725)	(24.276)
	(863.928)	(733.043)

14 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Serviços de terceiros (a)	(955.749)	(704.852)
Material de consumo e infraestrutura (b)	(831.156)	(729.004)
	(1.786.905)	(1.433.856)

- (a) Serviços de terceiros são compostos por pagamentos oriundos do GACC a profissionais diretamente ligados às operações da Entidade, como assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, entre outros serviços, sendo desembolsado o montante de R\$ 955.749 em 2022.

Wm

- (b) Materiais de Consumo e Infraestrutura são despesas com a manutenção do local, material de expedientes, alimentação e outros, sendo desembolsado o montante de R\$ 831.156 em 2022.

15 Custo e despesas operacionais - Com restrições - Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Serviços especializados	(317.169)	(601.722)
Alimentação	(338.513)	(116.145)
Bens duráveis	(19.139)	(310.564)
Assistência social	(187.437)	-
Salários e encargos sociais	(124.703)	-
Outras despesas	(264.723)	(424.920)
	<u>(1.251.684)</u>	<u>(1.453.351)</u>

Mapa de movimentação dos projetos	Serviços especializados	Alimentação	Bens duráveis	Assistência social	Salário e encargos sociais	Outras despesas	31/12/2022
IRM a Casa é Sua	59.640	9.032	-	92.325	-	25.574	186.571
MC DIA 2017	-	-	-	-	-	1.039	1.039
Fundo M Solid	-	-	-	-	-	459	459
MTB	-	-	-	-	-	1.370	1.370
FPS 2019	-	-	-	-	-	409	409
Mc Dia 2018	-	-	-	-	-	851	851
SUSAM Ricardo Nicolau	-	67.521	-	30.998	-	459	98.978
Projeto Pintura	-	-	-	-	-	459	459
CMDCA Oficina	72.830	29.265	650	18.838	10.788	8.477	140.848
FPS CALL CENTER	39.967	-	-	-	-	609	40.576
EMENDA 180K	11.520	34.231	18.489	-	38.072	3.236	105.548
CMDCA ACOLH 601K	66.606	89.674	-	45.276	61.049	50.147	312.752
CMDCA CESTA BÁSICA	66.606	13.230	-	-	10.897	44.058	134.791
F.M.S 2022	-	-	-	-	-	87.887	87.887
EMENDA SEJUSC 50K	-	15.950	-	-	-	33.893	49.843
EMENDA SEJUSC 100K	-	79.610	-	-	3.897	5.796	89.303
Total	<u>317.169</u>	<u>338.513</u>	<u>19.139</u>	<u>187.437</u>	<u>124.703</u>	<u>264.723</u>	<u>1.251.684</u>

Projetos	Despesas gerais	Material de consumo	Serviços prestados PJ	Utilidades e serviços	Total em 2021
PRONON	-	18.120	180.021	15.184	213.325
FUNDO MSOLIDARIO 2021	1.078	24.146	154.993	15.342	195.559
SUSAM RICARDO NICOLAU	3.423	148.528	-	35.368	187.319
PINTURA	765	-	-	170.000	170.765
CMDCA 2020	1.244	44.937	74.922	19.439	140.542
IRM A CASA É SUA	1.131	30.416	106.010	-	137.557
FPS CALL CENTER	153	-	39.967	69.564	109.684
FPS 2019	806	-	960	87.845	89.611
CMDCA OFICINA	765	17.601	64.192	2.850	85.408
EMENDA RICARDO NICOLAU	1.224	-	-	67.326	68.550
SEMASC EMENDA	727	19.155	15.070	-	34.952
FUNDO MANAUS SOLIDÁRIO 2020	1.301	-	13.807	-	15.108
CMDCA EMENDA ISAC T	1.224	-	-	-	1.224
MTB	1.205	-	-	-	1.205
MC DIA 2017	887	-	-	-	887
MC DIA 2018	858	-	-	-	858
IRM PROJ CARRO	610	-	-	-	610
SIDNEY LEITE	94	-	-	-	94
EMENDA ISAC TAYAH	93	-	-	-	93
Total em 2021	<u>17.588</u>	<u>302.903</u>	<u>649.942</u>	<u>482.918</u>	<u>1.453.351</u>

W.M.

16 Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1409/12, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objeto de renúncia fiscal. A Entidade não possui a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do Lalur, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

Cofins e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da Cofins e do ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

17 Isenções previdenciárias usufruídas

A Entidade possui o benefício de contribuições sociais com base na Lei nº 8.212/91 em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS. Em 2022, a Entidade registrou como isenção previdenciária o montante de R\$ 200.654.

18 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

O CEBAS, emitido pelo CNAS, compreende o período de 29 de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2023, sob o nº 235874.0002162/2019.

19 Receitas (despesas) financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	87	50
	<u>87</u>	<u>50</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas	(1.219)	(2.093)
Outras despesas financeiras	(30.161)	(26.223)
	<u>(31.380)</u>	<u>(28.316)</u>
Total resultado financeiro, líquido	<u>(31.293)</u>	<u>(28.266)</u>

20 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração, e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associado a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Cam.

Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022, sendo eles outras contas a receber e fornecedores, estão classificados como empréstimo e recebíveis.

Valor justo

Não existem diferenças entre o valor de mercado e os valores registrados na contabilidade.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros não derivativos

Todos os ativos financeiros não derivativos (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Seção 11 do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento Técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

Risco de liquidez

Riscos de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outros, o desenvolvimento de estudos e a análise econômico-financeira, que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que está sujeita.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

21 Gestão de capital

A política da Administração da Entidade é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor no mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Entidade procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Caixa e equivalentes de caixa	513.823
(-) Total do passivo (deduzidos convênios a comprovar e subvenção de bens a apropriar)	<u>(199.842)</u>
Saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa	313.981
Patrimônio líquido	<u>780.522</u>
Saldo de patrimônio líquido	<u>1.094.503</u>

Com base no cálculo acima é possível verificar que a Entidade possui um superávit de patrimônio de R\$ 1.094.503 diante de suas dívidas totais.

22 Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não apresentava avais, fianças e garantias.

* * *

Administração da Entidade


Jakeliny Bastazini Santos
Presidente


Amadeu Amâncio de Oliveira
Contador CRC 014697-O/AM